

Constituinte mostra que extremos se aproximam

Na votação de muitos temas, não importa a salada ideológica: qualquer aliança é possível

- 9 MAR 1987

REJANE OLIVEIRA
Da Editoria de Política

Quando o ministro Moreira Alves, presidente do STF, declarou instalada a Assembléia Nacional Constituinte, há pouco mais de um mês, ainda não se sabia ao certo que tipo de Constituição iria resultar da verdadeira salada ideológica que misturava, no festivo plenário, desde condestáveis ao antigo regime como o ex-ministro Delfim Netto, do PDS, até ex-guerrilheiros como o deputado José Genoíno, do PT.

Nesses trinta e poucos dias de funcionamento, a Assembléia não chegou a tratar de matérias constitucionais propriamente ditas, mas a votação de temas aparentemente superficiais, como a tentativa de convocação do ministro Dilson Funaro, deixou claro que o País assistirá, ao longo do ano, à formação de alianças até há pouco inimagináveis.

Como no caso da convocação do Ministro e na eleição do presidente da Câmara, radicais de esquerda e de direita estarão eventualmente unidos em torno de determinados assuntos. Enquanto isso, a imensa facção de centro, que também possui extremos em suas fronteiras, poderá frustrar as pretensões de hegemonia do Governo e rachar, mais à direita ou mais à esquerda, dependendo dos temas em discussão ou de acordo com a direção dos movimentos de pressão popular.

FICÇÃO

Um levantamento realizado ao longo dos últimos dias junto a parlamentares das mais diferentes formações ideológicas mostrou que a aliança dos extremos, longe de limitar-se ao campo da ficção política, é uma possibilidade real e iminente. Na pesquisa, foram considerados os temas mais polêmicos da Carta Magna, como a questão dos direitos humanos, o direito de propriedade, o papel das Forças Armadas, a remessa de lucros, o aborto e o sistema de governo.

A enquete provou, entre outras coisas, que constituintes como Genoíno e Delfim, que discordam radicalmente na questão da reforma agrária, votarão juntos a favor da descriminalização do aborto e contra a instituição da pena de morte. Trata-se, como se vê, de uma conjugação eventual de forças basicamente divergentes que deverá resultar, segundo todas as expectativas, numa Constituição heterogênea, com os conservadores inspirando a redação de determinados artigos e os progressistas garantindo conquistas sociais.

Um tema como o sistema de governo também pode unir

constituintes como o mais jovem deputado, o paraibano Cássio Cunha Lima, de posições progressistas, e o moderado Afonso Arinos, 81 anos. Ambos defendem a instituição do parlamentarismo no Brasil, que também é apoiada pelo veterano comunista Fernando Santana.

Da mesma forma, a limitação da remessa de lucros ao exterior é defendida por constituintes de formações tão diversas como a brasileiro Maria de Lourdes Abadia, ligada às camadas mais carentes da cidade, e o mineiro Hélio Costa, ex-repórter internacional da Rede Globo que não dispensa analogias entre o nosso sistema jurídico e o norte-americano.

REFORMA AGRÁRIA

Eis um tema que divide a Constituinte em blocos distintos e favorece alianças estranhas. E o caso dos deputados Roberto Cardoso Alves, tido como representante dos latifundiários, e Fernando Santana, um comunista cassado pelos militares. Os dois consideram a distribuição das propriedades improdutivas suficientes para solucionar o problema dos sem-terra. Divergem, contudo, quanto ao método de desapropriação e os objetivos a alcançar: Cardoso quer a reforma para "ampliar as fronteiras agrícolas" e defende o pagamento de indenizações a preço de mercado; Santana prefere ver o lado social da questão, apontando o latifúndio como o grande responsável pela violência urbana, e quer indenizações ao preço-base declarado no Imposto Territorial Rural.

Os novos tempos políticos, que estabeleceram vinculações partidárias até há pouco inconcebíveis, também reservam surpresas para quem se empenhar em recolher opiniões junto aos constituintes. Desta forma, é possível encontrar o ex-malufista Nilson Gibson, hoje no PMDB, a defender com a maior desenvoltura a desapropriação até de latifúndios produtivos para fins de reforma agrária.

Na extrema direita, que neste ponto já tende a unir-se ao centro, a luta não é mais contra a reforma agrária, admitida como uma medida mais ou menos inevitável. Os esforços, agora, concentram-se no pagamento de indenizações "justas" que, segundo o deputado Delfim Netto, significam em síntese o respeito à propriedade privada. "É preciso que fique claro", acrescentou o ex-ministro, "que os que pregam a reforma não estão visando ao aumento da produção, que não ocorrerá, mas a simples redistribuição da propriedade".

Sob o lema "é proibido morrer de fome", a petelista Maria Abadia se aproxima bastante



Genoíno, petista; Delfim, pedessista; e Santana, comunista: podem estar juntos na votação

da posição defendida pelo pedessista Jarbas Passarinho, ao defender para a propriedade uma função social, vinculando-a explicitamente a uma exigência de produtividade.

Já os deputados Cássio Cunha e José Genoíno, ambos considerados parlamentares de esquerda, têm propostas bem diferentes para a reforma agrária. O primeiro acha que as desapropriações devem começar pelas propriedades das multinacionais e terminar nas monoculturas. O outro quer instituir três tipos de propriedade: as coletivas, as cooperativas e as individuais.

REMESSA DE LUCROS

Se depender da posição do centro majoritário, que neste assunto está unido, a futura Constituição vai adotar uma postura moderada em relação ao capital estrangeiro. Sem xenofobias, os centristas aceitam o ingresso de dólares na economia nacional, mas defendem a limitação da remessa de lucros, maior rigor na fiscalização para evitar os artifícios contábeis que atualmente driblam a legislação e, principalmente a exigências de reinvestimento de parte dos lucros no Brasil.

"Não podemos fechar as nossas portas econômicas ao mundo", alega a deputada Maria de Lourdes Abadia. "Desde que o controle das decisões fique no País, o capital estrangeiro pode ser muito útil em determinadas áreas", afirma o senador Jarbas Passarinho. Já para o deputado Cardoso Alves, "precisamos garantir a remuneração do capital estrangeiro para que ele não vá embora daqui, sem que isto represente um saque à economia nacional".

O deputado Nilson Gibson, por sua vez, considera a atual legislação "muito boa", mas adverte para a necessidade de maior fiscalização. "Muitas vezes, eles mascaram os lucros em forma de pacotes tecnológi-

cos e conseguem remeter para o exterior um percentual bem maior do que a nossa lei permite". Posição parecida tem o mineiro Hélio Costa, que deseja rever a questão do subfaturamento para evitar dribles legais.

Mais à esquerda, os deputados Domingos Leoneli e Cássio Cunha defendem o "controle absoluto" da presença do capital externo no Brasil, condicionando-a a um acompanhamento sistemático que envolveria o próprio Poder Legislativo. Esta tese, contudo, tende a aproximar-se do centro na fórmula intermediária apontada pelo pedetista Vivaldo Barbosa: ele prega o retorno da legislação anterior a 1964, quando a remessa de lucros limitava-se a 12 por cento.

As posições radicais a respeito deste assunto são óbvias, mas isoladas pela falta de expressão numérica das facções extremistas: os deputados Fernando Santana e José Genoíno querem a suspensão total das remessas, enquanto Delfim Netto, defensor do livre ingresso de capital estrangeiro no País, não considera sequer a matéria como tema constitucional.

ESTATIZAÇÃO

Está aí um assunto em que os radicais também não se unem e a disputa ficará entre os constituintes de centro-direita e os de centro-esquerda. Ainda não dá para prever com certeza os contornos da legislação a ser aprovada, até porque trata-se de um dos temas em que a pressão popular deve se fazer sentir mas já se sabe que nem a posição do ex-ministro Delfim Netto (pela desestatização total) e nem a do deputado Fernando Santana ("a iniciativa privada brasileira é uma porcaria") prevalecerão.

As divisões do centro a respeito são bem nitidas: de um lado, estão os que querem limitar a

presença do Estado a setores estratégicos como a energia elétrica e a exploração mineral, casos de Cardoso Alves, Nilson Gibson e Jarbas Passarinho. Do outro, ficam os que defendem a intervenção estatal em áreas essenciais como a saúde, educação e transportes, a exemplo dos deputados Hélio Costa e Sigmaringa Seixas.

Mais uma vez, é o pedetista Vivaldo Barbosa quem resume o sentimento dominante na Constituinte: "O que terminará unindo as pessoas aqui será o espírito de justiça social. Sobre tudo nos setores essenciais, desde que a justiça esteja assegurada explicitamente na Constituição, é superficial delegar atribuições ao Estado ou à iniciativa privada".

DIREITOS HUMANOS

Na questão dos direitos humanos, a Constituinte será progressista. Todos os parlamentares ouvidos a respeito do assunto, da extrema direita à extrema esquerda, defenderam o fortalecimento dos mecanismos constitucionais referentes à cidadania.

Maria de Lourdes Abadia, por exemplo, entende que até a exigência de salários justos deve ser inserida no capítulo dos direitos humanos. Nilson Gibson quer amparo constitucional para os direitos das crianças e dos deficientes. José Genoíno cita a declaração da ONU e pretende impedir o Estado de controlar a vida do cidadão, através da extinção do SNI e da Lei de Segurança Nacional.

Já Vivaldo Barbosa adverte que o importante é fortalecer as instituições para garantir os direitos humanos, e não apenas enunciar-los na Constituição. Cardoso Alves defende o acesso do cidadão à sua ficha no SNI e a ampliação do Conselho de Direitos Humanos, do Ministério da Justiça. Cássio Cunha é pela extinção da Lei de Segurança, mas alerta que só a consolida-

ção democrática impedirá que a Carta Magna seja novamente desrespeitada neste particular.

Até o ex-ministro Delfim Netto defende a alteração da LSN, assim como o acesso do cidadão às informações que o SNI reuniu a seu respeito. "Os tempos políticos são outros e a legislação se", reconhece o deputado paulista.

FORÇAS ARMADAS

E outro tema que divide gregos, troianos e fenícios na Constituinte. Pela média das opiniões apuradas, contudo, dá para prever que as atribuições militares serão mantidas a nível externo e limitadas no campo interno. Ou seja, definindo claramente a submissão dos quartéis ao poder civil, os constituintes tentarão criar mecanismos para evitar novas intervenções militares na política.

A fórmula para se conseguir isto, na opinião do deputado Cássio Cunha Lima, é reduzir o dispositivo constitucional que faz das Forças Armadas guardiãs da "lei e da ordem". Na opinião dele, a ordem transcende a lei e tem servido como pretexto para todas as intervenções militares da história. Ele também prega o serviço militar não obrigatório.

Para o deputado Domingos Leoneli, um dos "xiistas" do PMDB, as Forças Armadas devem ser democratizadas para absorverem o pluralismo da sociedade. Ele quer os militares participando da política-partidária como qualquer cidadão e uma Carta Magna que lhes delegue, genericamente, a "defesa da ordem constitucional estabelecida".

Maria de Lourdes Abadia e José Genoíno alinham-se entre os constituintes que pretendem limitar as atribuições militares à defesa das fronteiras nacionais, enquanto Jarbas Passarinho e Hélio Costa tendem para uma posição intermediária. O primeiro quer as Forças Armadas atuando internamente apenas nas áreas em que a polícia não tenha equipamento nem treinamento específico para trabalhar (citou a guerrilha como exemplo), enquanto o segundo defende a criação de uma Guarda Nacional, como a que existe nos Estados Unidos, especificamente para agir nos setores que não dizem respeito nem à polícia nem aos militares (também citou a guerrilha).

Delfim Netto, numa posição representativa do que pensa a extrema direita minoritária (menos de 20 por cento da Constituinte), votará pela manutenção integral dos atuais poderes da Forças Armadas.

ABORTO E PENA DE MORTE

Em relação a esses dois assuntos, cai por terra qualquer tentativa de traçar o perfil ideo-

lógico da Constituinte. O comunista Fernando Santana, que defende medidas progressistas na área econômica, é radicalmente contra o aborto, enquanto o conservador Delfim Netto prega abertamente a descriminalização alegando que esta é uma "opção absolutamente pessoal da mulher". Os dois se unem, no entanto, contra a pena de morte.

A questão do aborto envolve componentes religiosos, morais e até filosóficos. O petista José Genoíno, por exemplo, tem um projeto legalizando esta prática sem restrições. Isto até o terceiro mês de gravidez porque, a partir daí, ele entende que o feto já possui vida.

Mas será que possui mesmo? O deputado Vivaldo Barbosa acha que só os cientistas podem esclarecer esta dúvida: "A mulher deve ter liberdade para decidir o que fazer com seu corpo. Sendo favorável à preservação da vida, contudo, acho que deve existir um momento a partir do qual o aborto seria proibido, porque já existiria vida. E uma questão puramente científica".

Ex-secretário de Justiça do governo Leonel Brizola, Vivaldo é contra a pena de morte porque ela não resolve, no seu entender, o problema da criminalidade. Aqui, este progressista se une à centrista Maria de Lourdes Abadia ("Só morreria preto e pobre"), que por sua vez concorda com o "xiista" Domingos Leoneli, com o direitista Nilson Gibson ("Sou católico apostólico romano") e com o ex-guerrilheiro José Genoíno.

A maioria dos constituintes é mesmo contra a pena capital mas, como há de tudo entre os 559 parlamentares, não falta quem a defenda. O líder do PDS, Amaral Netto, tem até um projeto neste sentido, enquanto o deputado Cardoso Alves admite sua adoção nos casos de "excessos na execução de crimes hediondos". E exemplifica: estupro seguido de morte, latrocínio, roubo com violação do domicílio seguido de morte e morte com excesso de crueldade.

PARLAMENTARISMO

Acima de vinculações partidárias e convicções ideológicas, a instituição do regime parlamentarista de Governo é um tema que une os diversos segmentos da Constituinte. Trata-se, na verdade, do resultado concreto do intenso movimento que está ocorrendo em torno da valorização do Poder Legislativo.

A favor desta tese, está o jovem deputado Cunha Lima e o velho senador Afonso Arinos, o extrema-direita Delfim Netto e o comunista Fernando Santana, os moderados Maria de Lourdes e Jarbas Passarinho, o último, defendendo sua adoção a médio prazo.